

MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

A Tecnologia a Serviço da Segurança Pública

Tércia Maria Ferreira

Oficial da Polícia Militar de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: tercia.cruz@globo.com

Resumo

A tecnologia está cada vez mais presente em nosso cotidiano, de forma que às vezes nem percebemos sua presença. Na segurança pública, várias são as tecnologias utilizadas, possibilitando aos gestores públicos otimizar o trabalho da polícia, de forma a produzirem melhores resultados na preservação da ordem pública diante do crescimento da violência, principalmente nos centros urbanos. Uma delas é o emprego de câmeras de vigilância em logradouros públicos, como ferramenta de apoio à prevenção e combate a criminalidade.

O monitoramento eletrônico de logradouros públicos é utilizado por várias polícias do Brasil e do mundo. A Polícia Militar de Santa Catarina, desde o ano de 2001, já adotou essa ferramenta em seis cidades do Estado. As estatísticas oficiais apresentam um resultado significativo na redução de crimes e contravenções nas áreas cobertas pelo sistema de monitoramento.

Palavras-chaves

Monitoramento eletrônico. Violência. Polícia. Segurança Pública.

Abstract

Technology is even more present those days, so as sometimes we can't even notice its presence. In public security there are plenty kinds of used Technologies, which is often used by public administration to optimize the Police work, in order to produce better results on preventing the public order from violence increase at urban centers. An example is the usage of security cameras on public streets as a tool to support criminality combat.

Electronic monitoring on public streets is used by several Police Departments in Brazil and in the world. Santa Catarina State Police has adopted those tools since 2001 in six cities of the State. The official statistics shows a significant result on crimes reduction and transgressions at the areas covered by the system.

Keywords

Electronic monitoring, Violence, Police, Public security.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico vem transformando as organizações e as pessoas que são afetadas pelo novo paradigma, em função das condições de acesso à informação, ao conhecimento e, sobretudo, pela capacidade de aprender e inovar.

Assim como outras áreas da atividade humana, a segurança pública também tem se utilizado dessas novas tecnologias.

A segurança pública tem sido a preocupação de governantes, autoridades policiais e da sociedade em geral, pois a violência é um dos problemas que mais afligem o cidadão brasileiro nos dias de hoje. Neste contexto, a Polícia Militar assume papel de relevância na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, missão esta prevista no artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988, que é realizada através do policiamento ostensivo com o objetivo de prevenir ou coibir atos delituosos e dissuadir ou reprimir as eventuais perturbações da ordem.

Para cumprir com sua missão constitucional da preservação da ordem pública, a Polícia Militar tem procurado, através de mecanismos de inovação tecnológica, aplicar ferramentas de apoio às suas ações.

Uma dessas ferramentas é o sistema de monitoramento eletrônico, com instalação de câmeras de vídeo nos principais logradouros públicos das cidades catarinenses, para monitorar as áreas com grande fluxo de pessoas e veículos, a exemplo de outras polícias brasileiras bem como polícias de outros países, e tem como objetivo principal potencializar a atividade de polícia ostensiva inibindo a ação de indivíduos que praticam crimes e contravenções.

No ano de 2001, procurando incorporar inovação tecnológica que facilitasse o cumprimento da sua missão e que agregasse valor ao seu serviço, foram instaladas as primeiras câmeras de vídeo nas cidades de Joinville e Florianópolis, simultaneamente. Atualmente, a Polícia Militar também dispõe desta ferramenta de apoio ao policiamento nas cidades de Blumenau, Criciúma, Balneário Camboriú e Itajaí. Os resultados esperados com esta inovação tecnológica no campo da segurança pública, entre outros, são: diminuir as ocorrências de crimes e contravenções, elucidar o crime e providenciar

evidências materiais que auxiliem os procedimentos judiciais, reduzir o medo do crime e aumentar a segurança da comunidade.

Através dos levantamentos estatísticos divulgados pela Secretaria de Segurança Pública tem sido possível constatar que desde a implantação do sistema de monitoramento eletrônico tem ocorrido uma redução de assaltos contra pessoas e estabelecimentos comerciais, furtos e arrombamentos de veículos e motocicletas e aumento de prisões por tráfico de entorpecentes com a identificação dos pontos de comércio das drogas ilícitas, nas áreas cobertas pelos sistemas.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NA SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública tem sido impactada pelo processo de gestão do conhecimento. São inúmeras as ações em que os gestores da segurança pública têm buscado, através do conhecimento, a implementação de projetos com a inserção de novas tecnologias de apoio à atividade policial.

Furtado (2002) ressalta que o trabalho policial, embora tenha uma atuação denominada atividade operacional, que consiste na atuação dos policiais no policiamento ostensivo a pé ou nas viaturas atendendo ocorrências ou realizando o patrulhamento nas ruas e bairros das cidades, também possui profissionais da área do conhecimento. Estes profissionais são responsáveis, entre outras atividades, pelo planejamento, análise, pesquisas e projetos que oferecem suporte para a atividade operacional.

Para Nonaka e Takeuchi (1997) os gestores das organizações sabem que o momento atual é o da sociedade do conhecimento, na qual o conhecimento é o recurso mais importante. Os gestores também têm a percepção que o futuro pertence aos trabalhadores do conhecimento e que o sucesso da organização está no treinamento e atualização dos seus funcionários que precisam se adequar às novas tecnologias e aprender a compartilhar conhecimento.

A sociedade vive um momento de intensas transformações, onde a globalização possibilita o acesso a todo tipo de informação, além do acelerado crescimento de novas tecnologias, onde pessoas e grupos podem se valer dessas informações e tecnologias para a prática de crimes e contravenções. Em contrapartida, as organizações policiais que atuam na área de segurança pública têm a necessidade constante de atualização e modernização da sua forma de atuação na preservação da ordem pública, sob pena de suas ações no combate ao crime ficarem obsoletas e ineficientes.

Dessa forma, constata-se que a Segurança Pública não pode prescindir da gestão do

conhecimento, para a obtenção sistemática e científica do resultado da sua atividade.

Para Furtado (2002), através da gestão do conhecimento na segurança pública, é possível identificar as oportunidades e os gargalos que existem nas organizações policiais, propiciando condições para o processo de desenvolvimento, distribuição e aplicação do conhecimento.

Nonaka e Takeuchi (1997) enfatizam que, quando as organizações inovam, elas não só aplicam tecnologia e conhecimento de fora para dentro com a finalidade de aprimorar os seus serviços e se adaptar ao ambiente em transformação, como criam, também, novos conhecimentos e informações de dentro para fora, com o objetivo de tornar mais dinâmica e eficiente a sua atuação.

Assim sendo, a área de segurança pública também precisa estar em constante atualização e modernização para atuar com eficiência na preservação da ordem pública.

Uma das inovações tecnológicas que vem sendo desenvolvida e aplicada em diversas polícias do país e do mundo é o monitoramento eletrônico de logradouros públicos, como ferramenta de apoio às atividades de prevenção e investigação policial.

SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

É um sistema de vigilância eletrônica com câmeras de vídeo tipo domo, com ângulo de rotação horizontal de 360° e vertical de 180°, com estrutura de cabeamento baseado em fibras ópticas, para monitoramento de logradouros públicos à distância. É planejado para operar em regime de uso contínuo, 24 horas por dia e 365 dias por ano.

O sistema é um Fechado de Televisão – CFTV, composto de uma rede de comunicações e informações, com uma Central de Operações, monitorado por agentes públicos (policiais), que captura e processa as imagens, e distribui sinais provenientes de câmeras localizadas em locais específicos para pontos de supervisão pré-determinados. A localização destas câmeras é definida de acordo com o plano de gestão de segurança pública, priorizando o monitoramento de todos os pontos de maior risco das áreas urbanas com intenso fluxo de pessoas e bens, e com grande concentração comercial e bancária, e ainda, lugares como praças e parques.

Dentro de uma estratégia que visa intensificar as ações de prevenção e repressão ao crime e ao mesmo tempo diminuir a sensação de insegurança da população, o sistema de monitoramento eletrônico de logradouros públicos tem por finalidade a inibição da ação delituosa, o flagrante em tempo real e a identificação do infrator.

As câmeras são dotadas de alta tecnologia,

possuindo recursos que possibilitam configurar rotinas automáticas pré-estabelecidas e operações manuais em tempo real. São acondicionadas em receptáculos especialmente projetados e instaladas nos pontos definidos, utilizando como suporte colunas metálicas ou as marquises das edificações.

COMPONENTES DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

O sistema de monitoramento de logradouros públicos, utilizado pelos órgãos de segurança pública, se constitui num Circuito Fechado de Televisão – CFTV, pois o acesso às imagens capturadas é restrito, garantindo o direito à preservação da imagem prevista em lei.

São componentes do sistema:

- a) Estação Central – A estação central do sistema de monitoramento de câmeras utiliza um PC como servidor das câmeras em rede, com instalação de um software próprio para gerenciar o sistema.
- b) Estação das Câmeras – O servidor de câmeras de rede identifica o endereço IP e os canais da câmera da unidade de interface de rede e adquire as imagens da câmera. As imagens podem ser obtidas através do acesso em rede com a porta ethernet conectada através do cabo LAN, onde é atribuído um endereço IP exclusivo a cada câmera. O servidor das câmeras identifica os endereços IP atribuídos a cada câmera, passando a controlá-las para obtenção das imagens, gravação e geração de arquivos por câmera.
- c) Estação do Usuário – Os usuários autenticados podem acessar as imagens das câmeras digitando o endereço do servidor em rede, através de um navegador de internet. Os usuários também poderão descarregar imagens gravadas a partir do servidor das câmeras em rede e reproduzi-las com imagens em movimento.

IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

Na elaboração de um projeto de implantação de um sistema de monitoramento eletrônico de logradouros públicos, os gestores devem levar em

consideração os aspectos que podem influenciar no desempenho do sistema. As ações das autoridades de segurança pública devem incluir também os interesses de todas as partes envolvidas. A realização de audiências públicas e a criação de uma comissão da comunidade são excelentes maneiras de motivar a participação de todos os segmentos impactados com a implantação do sistema. É importante garantir que todos os grupos tenham um representante, incluindo as agências do governo, o setor empresarial, organizações de bairros, entre outros. Mesmo não havendo a formação de uma comissão, é necessária a presença dos principais grupos. As audiências possibilitam a oportunidade de a comunidade apresentar suas preocupações; garante que os projetos encaixem-se às necessidades percebidas; e aumenta o apoio por parte do público quando algumas medidas forem tomadas, como, por exemplo, o corte ou a poda de árvores e a retirada de placas de publicidade para aumentar o campo de visão das câmeras. Também no contato com a comunidade serão informados os custos e benefícios do CFTV.

Para Brown (1995), as câmeras de monitoramento de logradouros públicos aumentam a capacidade de vigilância, agindo como um apoio mais eficiente no patrulhamento dos centros, na identificação e prisão de infratores, inibem atos criminosos e auxiliam no monitoramento do comportamento da própria polícia.

Conde (2004) afirma que o CFTV pode ajudar na redução do crime, desde que o sistema esteja adequado às seguintes condições:

- a) O número de câmeras instaladas seja suficiente para se cobrir uma determinada área;
- b) Não haja obstrução de visão nos locais cobertos pelas câmeras;
- c) A comunicação seja rápida entre os policiais que operam a estação de monitoramento e o policiamento de rua;
- d) Os policiais operadores do CFTV devem conhecer os pontos críticos da área monitorada;
- e) O uso das câmeras de vigilância deve fazer parte de um plano maior de prevenção e combate ao crime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o crescimento da população nas áreas urbanas e o aumento da criminalidade, a forma tradicional de atuação da polícia vem sendo substituída por outras mais modernas, que possibilitem maior eficiência na prevenção e repressão ao crime, onde a gestão do conhecimento com o uso intensivo

datecnologia da informação e a aplicação de inteligência no planejamento das ações policiais é fundamental para ação da violência.

A incorporação de novas tecnologias na segurança pública, com a implantação de equipamentos eletrônicos, como dispositivo complementar na atividade da polícia, tem sido aplicada por polícias de todo o mundo, e uma das ferramentas que tem sido largamente utilizada são os sistemas de monitoramento de logradouros públicos com câmeras, através de Circuito Fechado de Televisão - CFTV.

Na elaboração desta pesquisa, constatou-se que a principal vantagem da utilização dos sistemas de monitoramento eletrônico de logradouros públicos é o aumentona prevenção da criminalidade, com a redução da incidência de delitos, a antecipação da polícia ao fato delituoso e a inibição da ação dos infratores, tendo como resultado imediato a diminuição dos índices de violência nas áreas cobertas pelo sistema.

Além disso, o monitoramento com câmeras proporciona maior segurança aos policiais, que contam com apoio dos operadores da central de câmeras, fornecendo informações mais detalhadas sobre o fato, potencializando o trabalho policial, ou seja, o policial atua com maior eficiência, pois tem a possibilidade de receber apoio quase que imediatamente, no caso de necessidade, diminuindo o tempo de resposta no atendimento das ocorrências policiais.

O sistema propicia a ção, economia, segurança, controle e transparência da ação policial. Com a utilização desses equipamentos, o controle sobre a atividade policial será maior, nos casos de desvios de conduta dos seus agentes.

Constatou-se também como vantagem na utilização de equipamentos eletrônicos a de registro, identificação, autoria e prova na tipificação do fato delituoso.

Como dificuldade da implantação dos sistemas de monitoramento eletrônico de logradouros públicos, constata-se o uso inadequado equipamentos pela falta de preparo dos policiais para operá-los, desvantagem que pode ser superada na medida em que se realize um programa de treinamento regular com os operadores do sistema.

Em alguns locais onde foram instalados os sistemas sem a participação das comunidades impactadas pelo uso daquele equipamento, também ocorreram resistências, quer seja da população, pelo receio da invasão da privacidade e eventual uso ilegal das imagens, quer seja dos próprios policiais, pela sensação de substituição do trabalho humano pelo equipamento. Também são fatores de resistência o

elevado ou a falta de paraadquirir os equipamentos.

Concluindo este trabalho, verifica-se que os benefícios advindos do uso legal do monitoramento são significativos, constatados pela ampliação das dimensões do alcance da ação policial militar em prol da sociedade, canalizando os recursos humanos e materiais para outras áreas consideradas prioritárias na ação policial.

REFERÊNCIAS

BROWN, Ben. *CCTV in Town Centres: Three Case Studies*, Home Office Police Research Group Crime and Detection Series: Paper nº 68. London, 1995.

CONDE, Caspar. *The Long Eye of the law: Closed Circuit Television*, Crime Prevention and Civil Liberties. Issue Analysis, nº 48, 14 abril 2004.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 5 de outubro de 1988. 6. ed. atual. São Paulo: RT, 2005.

FURTADO, Vasco. *Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. *Manual de Instruções de Operação da Panasonic*. PC Software Package. Modelo nº WV-AS710A. 2001.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. *Criação do Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

NORRIS, Clive, MCCAILL, Mike and WOOD, David. *The Growth of CCTV: a global perspective on the international diffusion of video surveillance in publicly accessible space*. Disponível em: <<http://www.surveillance-and-society.org/cctv.htm>>. Acesso em: 23 maio 2007.

_____. *Projeto de emprego de circuito fechado de TV para monitoramento de logradouros públicos*. Santa Catarina: Polícia Militar de Santa Catarina - Estado Maior Geral, 2000. p.1.

**Artigo submetido em 23/09/2008
e aceito para publicação em 22/10/2008.**
